

BOLETIM 59

Brasília, 11 de fevereiro de 2016

Comissão vai discutir saída para os acordos de leniência

Representantes de quatro Centrais Sindicais, da ABIMAQ, do Instituto ETHOS e do Sindicato dos Engenheiros farão uma reunião, na próxima segunda-feira, dia 15 de fevereiro, com o DIEESE, em São Paulo, na sede desse órgão, com o objetivo de discutir os desdobramentos no Congresso Nacional da votação do Projeto de Lei e da Medida Provisória 703/2015 que tratam da regulamentação dos acordos de leniência no país.

Trata-se do primeiro encontro da comissão instituída pelo Movimento “Compromisso pelo Desenvolvimento”, que reúne Centrais Sindicais e as entidades do setor produtivo, as mesmas que lançaram o manifesto do “Compromisso” dia 3 de dezembro do ano passado e fizeram um primeiro debate com o governo dia 15 do mesmo mês.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa, Mazinho, participará da reunião na condição de vice-presidente nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Segundo Mazinho “é necessário encontrarmos uma saída para implementar os chamados acordos de leniência, pois são 29 empresas envolvidas em irregularidades, as maiores do país, cujos trabalhadores não têm nem nunca tiveram qualquer responsabilidade com os atos ilícitos que



Em dezembro último, as Centrais Sindicais, empresários, entre outros segmentos, lançaram o documento “Compromisso pelo Desenvolvimento”

foram praticados e cujos empregos precisam ser preservados e muitos recuperados”.

Mazinho assina que “os acordos de leniência podem representar uma solução de curto prazo capaz de contribuir com a retomada do crescimento e da empregabilidade no país”. O dirigente argumenta, no entanto, a necessidade de “verificar qual o melhor instrumento para assegurar esses acordos, se através do projeto de lei ou da medida provisória. Uma coisa é certa: a MP contém uma série de problemas que precisam ser corrigidos, como por exemplo a definição do papel do Tribunal de Contas da União, que pela MP passou a ser meramente consultivo, e a intervenção em questões de natureza penal e processual, que é de competência privativa do legislativo”.

“Não podemos – afirma Mazinho – permitir que a leniência sirva para promover a impunidade de empresas e executivos que praticaram ilícitos. Com isso não vamos concordar, até porque seria uma medida flagrantemente inconstitucional”.



Mazinho voltou a destacar “o papel estratégico da indústria da construção civil na retomada do desenvolvimento, pela conexão desse segmento com várias cadeias produtivas, o que permitiria uma solução de curto prazo para, pelo menos, minimizar a situação de desemprego que atinge os trabalhadores”.

De acordo com o presidente da CONTRICOM, após a análise da MP e do projeto de lei, “apresentaremos nossas propostas ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público e ao Supremo Tribunal Federal, pois entendemos que esses acordos, se bem consolidados em lei, poderão dar celeridade à retomada do crescimento e à defesa dos empregos”.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, que tem destacada atuação na elaboração dos documentos e na articulação de encontros e iniciativas, o Movimento espera respostas. “No encontro com o governo, em dezembro, apresentamos os sete pontos apontados em nosso documento. Conseguimos a MP que melhora as condições para as empresas nos acordos de leniência, mas isso não é suficiente”, observou.

O coordenador-técnico do Dieese considerou a conjuntura atual muito difícil para a economia. “O esgotamento fiscal do governo, os juros altos e a falta de investimentos criam toda ordem de dificuldades para o setor produtivo e os trabalhadores. Precisamos encontrar meios de romper o cerco da crise”, diz. O “Compromisso pelo Desenvolvimento” aponta saídas, além da melhora nas condições dos acordos de leniência, que se aplica às empresas envolvidas em ilícitos.

Para Clemente Ganz Lúcio, há pontos que podem ser enfrentados pelo governo. Segundo ele, “a capitalização da Petrobras, a retomada do Minha Casa, Minha Vida, a liberação de

financiamentos para o setor produtivo, entre outras medidas, têm peso para melhorar o ambiente da economia”.

Comunicação CONTRICOM

Fórum vai responder sugestões sobre crise no próximo dia 17

O Ministério do Trabalho e Previdência Social agendou para o próximo dia 17 a nova reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, que reúne representantes dos mais diversos setores, entre centrais sindicais, empresariado e movimentos sociais. A intenção deste segundo encontro, que será realizado dois meses depois da instalação do fórum, é passar aos integrantes uma resposta, conforme foi prometido pela presidenta Dilma Rousseff, sobre os sete itens listados pelo grupo e entregues ao Executivo como sugestões que podem ajudar o país a sair da crise e propiciar mais crescimento e renda.

Durante a entrega do documento, Dilma não garantiu acolher exatamente as sugestões da forma como foram apresentadas, mas encarregou o ministro da pasta, Miguel Rossetto, de organizar um grupo técnico para estudar todas as propostas e, se não for possível utilizá-las, ver formas alternativas de ajudar estes setores. Segundo informações de técnicos próximos a Rossetto, a equipe está perto de fechar um documento com o retorno a ser dado ao fórum.

Fazem parte desta pauta pedidos feitos pelos mais diversos segmentos sobre retomada do



investimento público e privado em infraestrutura produtiva de forma rápida (tanto na área social como urbana); ações do governo que levem à retomada e ampliação de investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobras. E, também, opções que ajudem a destravar o setor de construção, criação de condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação e políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (como agricultura, indústria, comércio e serviços), dentre outros pontos.

Não se sabe quais destes itens terão propostas ou alternativas ao que foi sugerido ao Executivo, mas a expectativa é de o Fórum receber uma resposta na próxima semana. Ainda não se sabe se um outro tema, a reforma da Previdência Social, será incluído na mesma pauta da reunião.

Essa reforma é considerada polêmica e tem sido recebida com queixas por parte de representantes de centrais sindicais, que consideram que não é o melhor momento para alteração nas regras previdenciárias do país. Mas Dilma tocou no assunto durante a abertura dos trabalhos do Legislativo e prometeu que, antes do encaminhamento de qualquer proposta do governo ao Congresso a respeito do assunto, ele será discutido pelo Fórum.

“O Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social apresentou pontos para a retomada do crescimento que foram discutidos entre todas as suas entidades signatárias”, explicou o diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clemente Ganz Lúcio.

Fonte: Rede Brasil Atual

VII CMATIC
CONGRESSO NACIONAL SOBRE CONDIÇÕES
E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

**Inovações tecnológicas
na indústria da construção:
construindo novos rumos
em segurança e saúde
no trabalho**

O evento reunirá participantes de todo o Brasil e de outros países para apresentação de temas e experiências inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da construção, tendo como prioridade a segurança e a saúde do trabalhador.

12 a 15 de abril
8h às 18h
Centro de Convenções
Ulysses Guimarães | Brasília-DF
Inscrições gratuitas
www.fundacentro.gov.br/vii-cmatic/inscricoes

VII CMATIC vai debater saúde e segurança do trabalhador

Será realizado em Brasília, entre os dias 12 e 15 de abril, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o VII CMATIC – Inovações Tecnológicas na indústria da construção: construindo novos rumos em segurança e saúde no Trabalho.



O evento reunirá participantes de todo país para a apresentação de temas e experiências inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da construção, tendo como prioridade a segurança e a saúde do trabalhador.

A CONTRICOM terá uma participação ativa no encontro. Segundo Jairo José da Silva, secretário para Assuntos da Saúde, Segurança e Meio Ambiente da entidade, “o VII CMATIC fecha um ciclo de debates que teve início nos anos 80 em São Paulo em relação à saúde e segurança na indústria da construção”.

Segundo ele, o objetivo do encontro “é avaliar os rumos daqui pra frente na indústria da construção em relação à saúde e segurança no trabalho”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Confederações de trabalhadores farão encontros mensais

As Confederações nacionais de trabalhadores tomaram a decisão de promover reuniões mensais, em torno da pauta do crescimento econômico e em defesa dos direitos trabalhistas. A primeira aconteceu dia 2, em Brasília, na CNTM - Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

Nota de 16 Confederações e do Fórum Sindical dos Trabalhadores cobra ações pró-retomada do crescimento, critica os juros altos, pede revisão das faixas salariais para incidência do

imposto de renda e alerta sobre projetos lesivos aos trabalhadores no Congresso Nacional.

As Confederações vão tratar, basicamente, da agenda da classe trabalhadora e de medidas que estimulem o crescimento econômico. A CONTRICOM participa do fórum das confederações, inclusive como integrante do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST.

Fonte: Agência Sindical

Produção industrial cai no fechamento de 2015 em 12 dos 15 locais pesquisados

A produção industrial fechou 2015 em queda em 12 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As maiores quedas foram registradas no Amazonas (-16,8%), Rio Grande do Sul (-11,8%) e São Paulo (-11%), segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgada na sexta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também tiveram quedas superiores à redução média nacional (-8,3%), os estados do Ceará (-9,7%) e Paraná (-9,6%). Outros locais com recuo na produção industrial em 2015 foram Minas Gerais (-7,9%), Santa Catarina (-7,9%), Bahia (-7%), Rio de Janeiro (-6,5%), Pernambuco (-3,5%), Região Nordeste (-3%) e Goiás (-2,5%).



Por outro lado, apenas três estados tiveram crescimento em 2015: Pará (5,7%), Mato Grosso (4,7%) e Espírito Santo (4,4%).

Dezembro - Considerando-se apenas o mês de dezembro, a queda atingiu 13 dos 15 locais pesquisados na comparação com dezembro de 2014, com destaque para Amazonas (-30%), Espírito Santo (-19,1%) e Paraná (-16,1%). As exceções foram Mato Grosso e Pará, que apresentaram altas de 18,7% e 3,7%, respectivamente.

Novembro - Na comparação com novembro de 2015, o IBGE analisou o comportamento da indústria em 14 locais, pois Mato Grosso ainda não é avaliado nesse tipo de comparação. Nove dos 14 locais tiveram queda, com destaque para Pernambuco (-11,9%) e Amazonas (-7,1%). Por outro lado, cinco locais tiveram crescimento, como o Rio Grande do Sul, que teve a maior alta: 1,8%.

Fonte: Agência Brasil

Projeção de instituições financeiras para inflação sobe para 7,56% este ano

A projeção de instituições financeiras para a inflação este ano continua a subir. No sexto ajuste seguido, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 7,26% para 7,56%. Para 2017, a estimativa sobe por quatro semanas consecutivas. Desta vez, passou de 5,80% para 6%, de acordo com o boletim Focus, publicação divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com base em projeções de

instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

As estimativas de inflação estão distantes do centro da meta, de 4,5%, e neste ano supera o teto, de 6,5%. O limite superior da meta em 2017 é 6%.

Depois da última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), de o BC de manter a taxa básica de juros, a Selic, em 14,25% ao ano, os analistas não esperam mais por aumento dos juros básicos em 2016. A mediana das expectativas (que desconsidera os extremos nas projeções) para o final de 2016 segue em 14,25% ao ano. Em 2017, a expectativa é de que a Selic seja reduzida e encerre o período em 12,50% ao ano. A projeção anterior era 12,75% ao ano.

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o BC contém o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas alivia o controle sobre a inflação.

A pesquisa do BC também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que subiu de 7% para 7,72% este ano. A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), foi alterada de 6,27% para 7% em 2016. Para o próximo ano, a projeção subiu de 5,18% para 5,30%. A projeção para os preços administrados permanece em 7,70% este ano e em 5,50% em 2017.

Fonte: Portal EBC



Inflação da construção civil varia 0,55% em janeiro

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), considerado a inflação da construção, teve variação de 0,55% em janeiro, maior que a de dezembro, de 0,06%. Os dados foram divulgados hoje (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também subiu a taxa acumulada em 12 meses, de 5,5% para 5,86%. Em janeiro do ano passado o índice variou 0,21%. O custo de construção do metro quadrado no país chegou a R\$ 968,70, sendo a maior parte relativa a materiais, com R\$ 518,13. A mão de obra responde por R\$ 450,57. Em 12 meses, a inflação dos materiais acumula 3,99% e a da mão de obra, 8,08%.

A maior inflação foi registrada na região Norte do país, com 1,08%, e a menor, no Sudeste, com 0,28%. O Sudeste, no entanto, ainda tem o maior custo da construção por metro quadrado: R\$ 1.004,39. No Nordeste, o custo é R\$ 899,55.

O estado do país em que é mais caro construir é o Rio de Janeiro, onde o metro quadrado está estimado em R\$ 1.083,26. Sergipe fica na outra ponta, com estimativa de R\$ 875,09 o metro quadrado.

Fonte: Agência Brasil

STF pede que Senado e Presidência se manifestem sobre impeachment

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a Presidência da República e o Senado deverão se manifestar, até o próximo dia 19, sobre o recurso da Câmara dos Deputados que questiona o rito definido pelo STF para o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O recurso foi apresentado ao STF nesta semana pela Mesa Diretora.

Segundo o ministro, a medida é necessária diante da relevância da ação e da necessidade de preservar o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Em dezembro, o STF anulou a comissão especial formada na Câmara para analisar o impeachment e deu mais poder ao Senado no processo. Contrariando o entendimento da Mesa Diretora da Câmara, a maioria dos ministros do Supremo considerou que não caberia votação secreta para a escolha dos integrantes da comissão do impeachment.

De acordo com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, "nunca na história do Supremo Tribunal Federal se decidiu por uma intervenção tão profunda no funcionamento interno da Câmara dos Deputados, restringindo, inclusive, os direitos dos parlamentares".

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)